cial público por quem, ou mediante cuja intervenção, os originaes tiverem sido exarados, ou por aquele que lhe houver succedido, e pela forma estabelecida na época em que tiverem sido passados.

§ único. As públicas-formas só farão prova sendo extraídas com citação da parte contra a qual foram apresentadas ou exhibindo o apresentante os documentos de que foram extraídas, logo que isso seja requerido, nos termos do artigo 2500.º; e as certidões de certidões ou de traslados farão prova naquilo que não fôr contrário aos traslados ou certidões, que porventura se exhibam, dos originaes.

Paços do Governo da República, 16 de Dezembro de 1930.—O Ministro da Justiça e dos Cultos, *Luis Maria Lopes da Fonseca*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Alfândegas

3.ª Repartição

2.ª Secção

Rectificação ao decreto com força de lei n.º 19:116, publicado no «Diário do Governo» n.º 288, de 11 de Dezembro de 1930

Onde se lê:

Nota. — Só é classificado por este artigo o papel importado pelas empresas jornalísticas e editoras exclusivamente destinado à impressão de periódicos e livros, considerando-se descaminhado aos direitos do artigo 936 o papel a que fôr dada qualquer outra aplicação ou destino.

Deve ler-se:

Nota. — Só é classificado por este artigo o papel importado pelas empresas jornalísticas e editoras, exclusivamente destinado à impressão de periódicos e de livros, considerando-se descaminhado aos direitos do artigo 936 o papel a que fôr dada qualquer outra aplicação ou destino.

3.ª Repartição da Direcção Geral das Alfândegas, 13 de Dezembro de 1930.—O Chefe da Repartição, *António A. Curson*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações

Por ordem superior se faz público que, segundo comunica o secretário geral da Sociedade das Nações, a Roménia ratificou somente o Protocolo facultativo adoptado pela Conferência Internacional para a repressão da moeda falsa, assinado em Genebra a 20 de Abril de 1929, e não a respectiva Convenção, como, por lapso, o mesmo secretário da Sociedade das Nações informara em 20 de Novembro findo, e se tornara público no *Diário do Governo* n.º 277, 1.ª série, de 27 do mesmo mês.

Não tendo ainda a mencionada Convenção o número de ratificações necessárias, não entrará em vigor, nos termos do seu artigo 25.º, enquanto uma nova ratificação não fôr depositada nos arquivos do Secretariado da Sociedade das Nações.

Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, 13 de Dezembro de 1930.—Pelo Director Geral, *Francisco de Calheiros e Meneses*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Administração Geral dos Correios e Telégrafos

Direcção dos Serviços de Contabilidade

Não se considerando já necessária a transferência de verba que foi autorizada por despacho do Ministro do Comércio e Comunicações, de 6 de Agosto de 1930, publicada no *Diário do Governo* n.º 185, 1.ª série, de 11 do mesmo mês, declara-se que, por despacho do mesmo Ministro, com data de 15 de Novembro último, foi anulado o seu despacho anterior.

Direcção dos Serviços de Contabilidade da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, 13 de Dezembro de 1930.—O Director dos Serviços de Contabilidade, *Manuel Pinto de Melo*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 19:127

Tornando-se necessário efectuar as devidas transferências nas verbas inscritas no desenvolvimento da despesa do orçamento do Ministério da Agricultura aprovado para o corrente ano económico de 1930-1931, para se poder efectuar o pagamento dos vencimentos do pessoal que por conveniência dos serviços foi colocado noutros seus dependentes;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São transferidas no desenvolvimento do orçamento da despesa do Ministério da Agricultura para o corrente ano económico de 1930-1931 as verbas constantes do mapa anexo ao presente decreto, e que dêle faz parte integrante, ficando dêste modo rectificadas as respectivas dotações fixadas no mesmo desenvolvimento de harmonia com o decreto com força de lei n.º 18:526, de 28 de Junho de 1930.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 16 de Dezembro de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *António Lopes Mateus* — *Luis Maria Lopes da Fonseca* — *António de Oliveira Salazar* — *João Namorado de Aguiar* — *Luis António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Eduardo Augusto Marques* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.